



UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA
PRÓ-REITORIA DE PESQUISA
DEPARTAMENTO DE PROJETOS

**Relatório Final de Atividades
PIBIC/CNPq - BIP/UFSC 2005/2006**

**O COMPORTAMENTO DO MERCADO FORMAL DE TRABALHO
EM SANTA CATARINA A PARTIR DE 1990**

AUTOR: Aline Zeli Venturi
Graduação em Ciências Econômicas

ORIENTADOR: Profº Lauro Mattei
Centro Sócio Econômico – Departamento de Ciências Econômicas

Assinatura do Aluno

Assinatura do Professor Orientador

Florianópolis, agosto de 2006.
**O COMPORTAMENTO DO MERCADO FORMAL DE TRABALHO EM
SANTA CATARINA A PARTIR DE 1990**

1. RESUMO

As transformações estruturais que assolaram o capitalismo nas últimas décadas do século XX causaram impactos generalizados sobre o mundo do trabalho. Fatores como a terceira revolução tecnológica, a abertura comercial e a desregulamentação dos mercados, sob a égide da globalização econômica, delinearão um movimento de reestruturação produtiva nas empresas, reduzindo os empregos e precarizando as relações de trabalho. Diante do receituário neoliberal, as empresas buscaram flexibilizar suas relações no mercado de trabalho, reduzindo custos e aumentando sua produtividade. Essas mudanças atingiram os países centrais e mais intensamente os trabalhadores dos países periféricos, como o Brasil. O objetivo deste trabalho é, deste modo, identificar e analisar o impacto destas transformações no mercado de trabalho formal catarinense, diante das políticas adotadas a partir dos anos de 1990. As políticas de viés liberal impactaram o mercado formal de trabalho catarinense, ocasionando uma queda de emprego formal em determinados setores e uma redistribuição setorial dos postos formais de trabalho que continuaram a se expandir. A pesquisa baseou-se em revisão teórica bibliográfica e quantitativa, através dos dados da Relação Anual de Informações Sociais (RAIS), disponibilizados pelo Ministério do Trabalho e Emprego.

Palavras-chave: Mercado formal de trabalho; reestruturação produtiva; Santa Catarina.

2. INTRODUÇÃO

2.1. Revisão Bibliográfica

No contexto da crise econômica dos anos de 1970 e 1980 houve quebra dos acordos econômicos internacionais gerando instabilidade nas relações financeiras entre os países. A elevada mobilidade do capital exigiu ajustes nas políticas desenvolvimentistas e redefiniu as fronteiras do capital internacional, globalizando as relações econômicas (SAMPAIO JR., 1998).

A Terceira Revolução Tecnológica surgida nesse mesmo contexto provocou mudanças na base técnica da produção e a exigência do aumento da produtividade. Esses fatos acarretaram graves conseqüências sobre o mundo do trabalho, que ajustou-se à nova dinâmica por meio de processos de flexibilização e precarização das relações de trabalho. O impacto da revolução tecnológica, ancorado na abertura dos mercados e nas práticas neoliberais adotadas a partir desse novo paradigma, gerou como conseqüência a elevação do desemprego e a queda da renda dos trabalhadores.

2.1.1 Crise, reestruturação produtiva e a globalização.

Os anos após a Segunda Guerra Mundial representaram para o capitalismo mundial um período de grande expansão econômica e social. A estabilização monetária e os gastos dos governos expandiram as taxas de crescimento econômico, gerando um nível de renda e emprego elevados. Os “Anos Dourados”, ancorados no planejamento econômico estatal, foram um salto no desenvolvimento das economias mundiais (OLIVEIRA, 1998). Com a elevação do emprego assalariado e a renda crescente, os níveis de consumo puderam aumentar em todo o mundo e assim assinalar um novo estágio de superprodução capitalista. A intervenção do Estado foi responsável pela dinamização de todo o processo de crescimento e estabilização, criando proteção social e mantendo o nível de pleno emprego na economia.

Contudo esta trajetória de desenvolvimento foi interrompida pela crise sistêmica que atingiu o capitalismo a partir dos anos de 1970. A crise do petróleo em 1973, a elevação dos preços com estagnação econômica e a alta das taxas de juros internacionais desestabilizaram o padrão de desenvolvimento econômico vigente (FARAH JR, 2000). Houve nesse contexto ainda a desarticulação do Sistema Bretton Woods, acordo criado entre os países para manter um padrão monetário internacional, o que agitou ainda mais a crise nos mercados mundiais.

Em meio às respostas da crise, ocorreu um aumento da produtividade do trabalho que se deu graças aos fatores condicionantes da Terceira Revolução Tecnológica. Um conjunto de inovações surgidas nos anos de 1960 e 1970 mudou a qualidade do trabalho e acelerou a destruição de velhas formas de produção e organização do trabalho (MATTOSO, 1998). Houve o aparecimento de novas formas de gestão e organização da produção, refletindo o esgotamento do padrão fordista de produção. As novas tecnologias causaram uma ruptura no modelo de produção e consumo de massa, amparados até então pelo Estado. A produção em massa foi substituída por uma produção mais especializada, adequada a nova lógica do mercado, com um caráter de desconcentração industrial. Buscaram-se novos padrões de gestão da força de trabalho como a “gestão participativa” e a busca da “qualidade total”, tentando amenizar os efeitos da crise fordista (ANTUNES, 1997).

Ocorreu uma desarticulação do sistema, onde a acentuada concorrência internacional, a debilidade da capacidade de decisão dos Estados, que estavam endividados após ampliar gastos e benefícios sociais, e a intensa desregulamentação do capitalismo levaram a economia mundial em direção a uma crescente desordem econômica e social (MATTOSO, 1997). Segundo Pochmann (2002), abriu-se a partir de então, um período de incertezas e de novos questionamentos do padrão sistêmico de integração social, a partir das propostas

políticas de cunho conservador, que desde a década de 40 já eram contempladas nas obras de autores liberais.¹

As mudanças estruturais ganharam força a partir dos anos de 1980, quando a ideologia neoliberal se impôs como modelo de organização política da sociedade. Com a queda dos acordos econômicos internacionais houve um colapso no sistema e o ambiente econômico foi tomado por políticas de contração monetária, elevação da taxa de juros, desregulamentação dos mercados, privatizações e alteração do papel do Estado (POCHMANN, 2002). A agenda neoliberal questionou o padrão produtivo através de medidas de liberalização comercial e desregulamentação do mercado financeiro. O Estado tornou-se isento da defesa da produção e do emprego e passou a regular apenas as forças econômicas.

De acordo com a avaliação liberal-conservadora, as estratégias usadas no período do “capitalismo dourado” para promover o crescimento da economia, acompanhado de aumento na concessão de direitos e benefícios sociais, levaram à ampliação dos déficits orçamentais, do estoque da dívida pública e provocaram altas nas taxas de juros e nos níveis de inflação. Tudo isso decorreria da obstrução ao funcionamento normal dos mercados, imposta pela intrusão do Estado. A recomendação para o retorno dos investimentos e ampliação da renda e do emprego, para esses conservadores, seria a desregulamentação dos mercados e a eliminação das barreiras à entrada e saída de capital, submetendo as empresas à concorrência global desregulada e os trabalhadores à flexibilização e remoção das cláusulas sociais até então garantidas (BELLUZZO, 1997).

A globalização econômica foi resultado desses ajustes do sistema capitalista, frente às novas exigências do mercado (MATTEI, 2004). O avanço da transnacionalização do capital² desencadeou uma corrida pela busca de competitividade nos mercados mundiais. Diante do quadro de instabilidade dos mercados as empresas tiveram que se reestruturar para continuar competindo:

A financeirização do capital industrial, em um contexto de crescente instabilidade econômica e de globalização financeira, e a disponibilidade de novas tecnologias e métodos organizacionais desestabilizaram, a partir da segunda metade da década de 60, os padrões de concorrência intercapitalista vigente nos mercados nacionais e internacionais. O acirramento da concorrência em uma situação de forte instabilidade econômica passou a exigir das empresas uma atuação suficientemente ágil para enfrentar as novas condições de concorrência capitalista. (DEDECCA, 1997, p. 58).

¹ Friedrich von Hayek e Milton Friedman, economistas da corrente neoliberal, destacavam em suas teses argumentos contrários ao bloqueio às forças do livre mercado, que provinham da ação do Estado, dos sindicatos e do gasto social (POCHMANN, 2002, p.15).

² Sampaio Jr. 1998, p. 26.

As exigências de aumento na produtividade e maior competitividade externa provocaram profundas mudanças na base técnica da produção e nas formas de gestão da mesma, estabelecendo a partir dos anos de 1980 um novo paradigma tecnológico. Frente à incapacidade de manter níveis altos de produção por meio de relações rígidas de trabalho o modelo fordista/keynesiano entrou em crise dando lugar a um modo de produção mais flexível e capaz de competir num mercado desregulado.

Essas mudanças configuraram uma etapa mais avançada de progresso tecnológico e de acumulação financeira de capital, caracterizada como um estágio mais profundo da internacionalização da vida econômica, política, social e cultural (COUTINHO, 1996). Esse processo de globalização, resultado de todas estas mudanças ancoradas nas forças do livre mercado, teve impactos por todas as décadas posteriores ao seu surgimento, e foi responsável como veremos a seguir por grandes mudanças nas relações de trabalho nas economias capitalistas.

2.1.2 Principais conseqüências sobre o mundo do trabalho.

A globalização e a reestruturação produtiva oriunda da crise de acumulação do capital provocaram diferentes efeitos sobre a classe que vive do trabalho³. O aumento da concorrência gerou a busca pela queda nos custos de produção, a qual foi alcançada através da incorporação de novas tecnologias e inovações organizacionais nas empresas causando uma reestruturação em todo o processo produtivo.

A flexibilização das relações de trabalho apareceu como parte do processo de racionalização produtiva das empresas, quando a estabilidade nas relações trabalhistas não pode mais ser sustentada num contexto de instabilidade dos mercados, acirramento da concorrência e a incorporação mais rápida do progresso técnico (DEDECCA, 1997). A flexibilização foi preconizada como uma das exigências necessárias ao aumento da produtividade e à reversão da crise. Contudo, diante da forma desregulada de concorrência, ela foi responsável por causar redução nos empregos estáveis e aumento do subemprego (POCHMANN, 2002). A automação desenvolvida com a revolução tecnológica reduziu drasticamente o número de trabalhadores e trouxe o efeito do desemprego estrutural em massa para a maioria dos países capitalistas. A diversificação das linhas de produção e a subcontratação tornaram-se facilmente adotáveis graças a dispersão das estruturas negociadoras e a quebra das relações contratuais de trabalho. Isso deu origem a novas formas

³ Antunes, 1997, p.15.

de contratação como trabalho temporário, por tempo parcial, terceirização e aumento substancial do emprego informal. Os sindicatos foram enfraquecidos e a negociação passou a ter caráter individual, fazendo diminuir o poder de barganha da classe operária. (OLIVEIRA, 1998).

As inovações tecnológicas aceleraram as transformações no mundo do trabalho, provocando mudanças qualitativas e alterando também a distribuição setorial do emprego, de forma que os postos de trabalho, criados nas atividades ligadas à tecnologia, não compensaram os postos destruídos pela reestruturação. Quanto à qualificação do trabalhador as formas de produção mais flexíveis tenderam a desqualificar o mesmo, a partir da fragmentação do trabalho complexo, tornando a realização do processo padronizada e de ritmo mais intenso. A fragmentação do trabalho, adicionada ao incremento tecnológico, possibilitou ao capital uma maior exploração e controle sobre a força de trabalho (ANTUNES, 1997). O desenvolvimento de novas tecnologias gerou excedentes da força de trabalho, fazendo elevar os índices de desemprego estrutural, ocorrendo também um retrocesso do poder sindical.

A desregulamentação do mercado de trabalho, e o retrocesso por parte do Estado nas políticas públicas voltadas à proteção do emprego, só fizeram aumentar a insegurança dos trabalhadores (MATTOSO, 1998) e tornar precárias as relações de trabalho.

Segundo Pereira:

A busca de flexibilidade na organização da produção, em contraste com a rigidez do modelo fordista, passa a ser sinônimo de redução dos gastos com mão-de-obra direta pelas empresas, resultando em redução da segurança do emprego e acentuando as formas de “precarização” do trabalho (PEREIRA, 1998, p.107).

A precarização das relações de trabalho se dá por meio da substituição das relações formais de emprego por relações informais, sem carteira assinada e outros benefícios, e por trabalho temporário, em tempo parcial ou a domicílio. Nos últimos anos ampliaram-se essas formas de inserção da força trabalhadora, de forma que o setor formal não foi mais capaz de absorver o excesso de mão-de-obra. Os trabalhadores passaram a se submeter a formas precarizadas de trabalho, se desqualificando ainda mais e agravando o quadro social do mundo do trabalho.

2.1.3 O mercado formal de trabalho no Brasil nos anos de 1990.

O mercado de trabalho brasileiro teve seu movimento condicionado sempre às políticas econômicas implementadas pelos governos e pela dinâmica que a economia apresentou ao longo dos anos, especialmente no período do pós-guerra.

Este período foi caracterizado como o dos anos de desenvolvimento econômico, ancorados na política de substituição de importações, com elevadas taxas de crescimento econômico e diversificação dos ramos industriais, apoiados nos investimentos de infra-estrutura do Estado e financiados pela expansão da dívida externa e do crédito doméstico. O emprego atingiu nessa época patamares estáveis e houve grande formalização dos postos de trabalho, com alterações nas legislações trabalhistas. Segundo Pochmann (2002), entre as décadas de 40 e 70 o mercado de trabalho se estruturou em torno do emprego assalariado e dos segmentos organizados da produção, ou seja, aqueles postos de trabalho mais homogêneos, gerados por empresas tipicamente capitalistas.

Contudo, a crise do petróleo e o aumento das taxas de juros internacionais levaram o país a uma profunda recessão econômica, resultando num aumento perplexo da inflação e expansão da crise fiscal. Houve um colapso do padrão de financiamento da economia brasileira nos início dos anos 80, causado pela crise da dívida externa, sob um cenário de estagnação e oscilações econômicas que rompeu com as estruturas do mercado de trabalho ajustadas até este momento (POCHMANN, 2002).

A instabilidade macroeconômica provocou uma desaceleração do crescimento industrial, com contrações no produto e na taxa de investimento. O esgotamento do padrão de desenvolvimento condicionou o mercado de trabalho às políticas de ajustes recessivos da economia. Com a queda da atividade econômica inúmeros postos de trabalho foram eliminados, principalmente com relação aos empregos industriais.

Para Baltar, Dedecca e Henrique (1996):

O dinamismo da geração de empregos associado à trajetória de desenvolvimento das décadas anteriores foi interrompido. Nesse processo, a indústria perdeu a capacidade de dinamização da estrutura ocupacional. Os novos empregos foram criados, sobretudo pelo comércio e prestação de serviços. Por esse ângulo, pode-se afirmar que o mercado de trabalho brasileiro deteriorou-se nos anos 80, já não oferecendo tantas oportunidades de ocupação vinculadas a continuidade da montagem e aperfeiçoamento do aparelho produtor de bens. (IDEM, p. 93).

Com a crise se alastrando o governo iniciou, a partir dos anos de 1990, uma política de busca de retomada do crescimento baseada na estabilidade da economia. De acordo com Chahad (2003), algumas mudanças são observadas nesse contexto econômico que

contribuem para explicar enormemente as flutuações no emprego, inclusive o emprego formal.

A transição de uma economia com altas taxas de inflação para uma estabilidade de preços teve implicações positivas para diminuição dos índices de pobreza. Contudo, trouxe consigo baixos níveis de salário real e produtividade. A abertura da economia, provocada pelas ações de cunho liberal do governo Collor, induziu as empresas a se reestruturarem para competir internacionalmente, inovando com tecnologia e práticas de gestão. Estes mecanismos levaram a uma desestruturação do mercado de trabalho, causando um aumento do desemprego estrutural e o surgimento de novas modalidades de contratação, precarizadas e inseguras. A redução da proteção do Estado nas relações de emprego também figurou como agravador para o mercado de trabalho, levando as negociações coletivas ao âmbito da empresa simplesmente. O Estado brasileiro passou nesse período de promotor direto da produção para regulador da economia. Além desses fatores Chahad (2003) coloca a questão demográfica do país como agravante, dado que o mercado formal teve dificuldades para incorporar a nova mão-de-obra, que pressionou inclusive as taxas de desemprego e informalidade.

Esses fatores se revelaram incisivos sobre o mercado de trabalho e provocaram mudanças que se fazem sentir até os momentos atuais. Houve sem dúvida, no Brasil, uma precarização das relações de trabalho, resultado das políticas adotadas como alternativas ao desenvolvimento. O emprego industrial caiu, revelando o ajuste defensivo das empresas frente à recessão, com aumento de ocupações instáveis, relacionadas às formas de produção flexíveis. As ocupações do setor de serviços e dos segmentos informais tiveram aumento, relacionado a uma mudança estrutural no mercado de trabalho, e segundo Cardoso Jr. (2001), seriam frutos da perda do dinamismo econômico do Estado e principalmente, uma estratégia de sobrevivência dos trabalhadores diante das poucas alternativas de empregabilidade com proteção social.

2.2. Justificativa

Como vimos anteriormente, o mercado de trabalho brasileiro modificou-se na última década devido às transformações econômicas que ocorreram a partir da instalação da nova ordem econômica e social, ditada pela globalização. O mercado de trabalho catarinense, embora com algumas particularidades decorrentes de sua formação, também sofreu os impactos dessa nova fase de desenvolvimento nacional, inaugurada a partir de 1990.

Para tanto, justifica-se um estudo que analise e identifique, à luz das mudanças macroeconômicas em curso no país a partir da década de 1990, o comportamento do mercado formal de trabalho no Estado de Santa Catarina, enfocando, primordialmente, os aspectos relacionados às transformações estruturais. Este ponto desvela a dinâmica deste mercado de trabalho específico e os impactos da reestruturação produtiva no âmbito do estado catarinense.

2.3. Objetivos

O estudo tem como objetivo identificar e analisar as transformações estruturais do mundo do trabalho formal catarinense, entendendo-se que estas mudanças estão relacionadas às transformações na economia nacional.

O trabalho tem como foco central estudar o mercado formal de trabalho catarinense, no sentido de apreender o comportamento dos postos formais diante de um cenário considerado como adverso a este tipo de emprego. Para tanto, serão considerados dois aspectos centrais: a distribuição espacial (mesorregiões) e setorial (ramos de atividades) dos postos formais de trabalho. A qualificação destas análises se dará através do uso de variáveis-chaves, como é o caso do grau de instrução, distribuição por gênero, por faixa etária, por setores econômicos, por faixas de remuneração e pela duração da jornada de trabalho.

Registra-se que parte destes objetivos são distintos do conjunto de objetivos do projeto original do orientador. As explicações para isso encontram-se na carta justificativa do projeto de pesquisa, encaminhada com o relatório parcial de atividades.

A parte da pesquisa sobre o mercado formal de trabalho terá como metas específicas:

- a) A construção de séries históricas sobre o comportamento deste tipo de ocupações, a partir de 1990;
- b) A identificação dos setores econômicos que mais contribuem para a geração de postos formais de trabalho;
- c) A identificação da participação das mesorregiões na geração destes postos formais de trabalho.

3. MATERIAIS E MÉTODOS

A metodologia adotada é a de um estudo analítico-descritivo, tomando-se como referência as informações quantitativas da Relação Anual de Informações Sociais (RAIS), disponibilizado pelo Ministério do Trabalho e Emprego –MTE – com o objetivo de disseminar informações abrangentes sobre postos formais de trabalho. Originalmente a RAIS foi criada para conter informações destinadas ao controle de entrada da mão-de-obra estrangeira no Brasil e os registros relativos ao FGTS, para subsidiar o controle de arrecadação e concessão de benefícios pelo Ministério da Previdência Social e para servir de base de cálculo do PIS/PASEP. É um importante instrumento quantitativo porque cobre cerca de 97% do mercado formal brasileiro, com uma gama de variáveis investigadas: empregos em 31 de dezembro segundo gênero, faixa etária, grau de escolaridade, tempo de serviço e rendimentos, desagregados em nível ocupacional, geográfico e setorial. Contém informações sobre número de empregos por tamanho de estabelecimento, massa salarial e nacionalidade do empregado.

Para verificar as tendências do mercado de trabalho catarinense será utilizado um modelo econométrico simples para calcular a taxa de crescimento dos indicadores ao longo do tempo.

4. RESULTADOS E DISCUSSÃO

4.1 Contexto do mercado de trabalho catarinense

A economia catarinense teve seu desempenho fortemente condicionado nos últimos anos pelo movimento nacional da economia brasileira, que sofreu interferências dos planos de estabilização econômica e da abertura comercial iniciada em 1990, fatos que deram início ao processo de reestruturação econômica.

As mudanças estruturais na economia catarinense aconteceram dentro deste contexto com a redução das atividades estatais e a reestruturação do parque industrial distribuído por todo o estado e em diferentes setores da economia.

A estrutura produtiva catarinense sofreu desde os anos de 1960 um processo de modernização e integração regional, que proporcionou um aumento da participação industrial na economia catarinense. Os setores econômicos seguiram a lógica nacional de acumulação capitalista, com uma estrutura agrário-exportadora forte e uma indústria caracterizada pela diversidade setorial e homogeneidade de atividades nas diferentes regiões do Estado. Contudo, a abertura comercial e as políticas adotadas no país a partir de 1990 provocaram

fortes ajustes econômicos que obrigaram as empresas catarinenses a repensar os rumos de suas atividades. Com o aumento da competitividade externa muitas empresas fecharam ou tiveram suas atividades reduzidas fazendo cair assim o quadro de empregados no setor. Aos que mantiveram seus empregos foi imposto uma intensificação do trabalho e observou-se ainda um aprofundamento das subcontratações.

De acordo com Lins e Mattei (2001), a tendência do emprego em Santa Catarina é semelhante à do Brasil, porém com a existência de um mercado de trabalho com grande parte de seus postos de trabalho formalizados. Santa Catarina se sobressai como um dos estados com maior índice de trabalhadores com carteira assinada.

Observando os dados agregados dos anos em questão, verificamos uma mudança no movimento da última década, quando o crescimento do emprego formal não acompanhou o crescimento da população economicamente ativa. Como observamos na tabela 1, mesmo insuficiente para atender a PEA catarinense, com uma participação de apenas 42,86% do mercado formal sobre a PEA, os postos formais de trabalho tiveram um crescimento significativo no período.

Tabela 1: População Economicamente Ativa e Postos Formais de Trabalho em SC, nos anos de 1992 e 2004.

	1 992	2004	var. absoluta
PEA	2 407.458	3 280.445	872.987
PFT	821.482	1.406.247	584.765
PEA - PFT	1.585.976	1 874 198	288.222
PFT/PEA	34,12%	42,86%	

Fonte: RAIS e PNAD.

Houve um incremento de 584.765 postos formais de trabalho entre 1992 e 2004, o que significa um crescimento médio de 5,08% a.a. Contudo, devido à recessão dos anos anteriores, este incremento, que também pode ser creditado ao maior número de estabelecimentos que declararam a RAIS no período, não foi o bastante para incorporar toda a PEA no mercado de trabalho regulamentado. Ainda, de acordo com a tabela 1, 288.222 pessoas ultrapassaram os 584.765 postos formais de trabalho criados no período, sendo obrigados a procurar novas formas de empregabilidade fora do mercado formal.

Esses dados evidenciam as transformações ocorridas nas relações de trabalho na economia catarinense, onde cada vez mais um contingente de trabalhadores se vê forçado a buscar alternativas fora do mercado formal de trabalho para subsistir. Cresce a cada ano o

número de pessoas empregadas informalmente, com tempo de trabalho parcial, sem direitos e subempregadas.

4.2 Comportamento do mercado formal de trabalho em Santa Catarina

Como um dos objetivos específicos da pesquisa cabe analisar as características gerais do mercado formal de trabalho catarinense, analisando as ocupações segundo gênero, grau de escolaridade e faixa etária. Colado ao segundo objetivo, de identificar os setores de atividade que mais empregam no mercado formal, faremos uma análise cruzada dos dados a fim de já identificar o comportamento dos setores econômicos segundo as variáveis centrais.

Compondo este relatório final trazemos a análise do comportamento do mercado formal de trabalho consoante a jornada semanal de trabalho e as faixas de remuneração dos empregados no período de 1991 a 2003.

4.2.1 Setor de Atividade Econômica

O comportamento do emprego formal de Santa Catarina, segundo setor econômico, revela como os setores produtivos responderam às transformações econômicas ocorridas a partir de 1990. Na avaliação do estoque do emprego formal por setor de atividade econômica, podemos identificar os setores responsáveis pelo maior dinamismo na geração de postos formais de trabalho e conseqüentemente, aqueles onde os vínculos formais foram reduzidos.

De acordo com a Tabela 2 observa-se que entre 1991 e 2003 houve uma alteração na distribuição dos postos formais de trabalho no Estado. Fica claro que setores, como a extração mineral, reduziram consideravelmente o número de vínculos formais, enquanto os demais setores apresentaram uma tendência de crescimento dos vínculos formais em termos absolutos.

Tabela 2: Distribuição dos PFT segundo setores de atividade econômica de Santa Catarina no período 1991 a 2003.

Ano	Ext. min.	I. transf.	S. Ind.	Const. C.	Comércio	Serviços	Adm. Pub	Agrop.	Total
1991	7.208	295.120	13.708	20.806	101.141	205.346	130.528	15.046	836.766

1992	5.451	279.320	12.669	22.279	97.149	189.470	138.737	16.132	821.482
1993	5.596	304.697	13.440	23.532	101.920	186.215	140.079	17.969	865.650
1994	5.954	342.506	15.183	35.144	127.787	193.536	141.144	30.396	923.592
1995	5.678	330.015	14.469	34.089	133.412	215.098	142.081	29.067	908.745
1996	4.127	325.762	12.779	34.333	134.079	220.427	147.581	28.838	909.608
1997	4.699	322.003	12.233	35.730	149.175	239.492	146.343	29.658	939.741
1998	4.657	313.130	13.462	36.804	152.931	249.175	148.768	27.955	947.016
1999	5.164	347.396	11.680	34.696	162.521	264.010	156.041	30.370	1.011.931
2000	5.728	371.293	11.099	37.519	181.722	287.441	153.262	29.813	1.077.929
2001	5.375	390.330	13.452	41.836	197.839	306.550	166.178	34.152	1.155.712
2002	5.233	416.582	13.570	42.779	214.045	327.065	180.233	36.105	1.235.612
2003	5.432	428.723	13.840	40.874	231.860	344.944	185.844	39.937	1.292.407

Fonte: RAIS/MTE

O setor de extração mineral apresentou tal comportamento pela deterioração da atividade de extração de carvão, principal minério do setor. A tabela mostra que em 1991 o setor detinha uma participação absoluta de 7.208 PFT, o que equivale a uma taxa relativa de 0,86%, de acordo com o anexo A. Porém, em 2003, essa participação passa a representar um número de 5.432 PFT, que equivale a 0,42%, significando que foi o setor que mais liberou mão-de-obra ao longo do período. De acordo com Ouriques e Vieira (1998), a indústria extrativa mineral, concentrada no sul do estado, já vinha reduzindo sua produção desde a década de oitenta, com o aumento das importações, mas a desregulamentação da atividade pelo estado foi fundamental para a desestruturação do setor e assim a redução dos postos formais de trabalho.

Os serviços industriais de utilidade pública também tiveram queda nos postos formais de trabalho, terminando o período com aproximadamente o mesmo número de postos formais de 1991. Sua participação relativa passou de 1,64% em 1991 para 1,07% em 2003. As privatizações de setores de serviços públicos, incentivadas e adotadas a partir dos anos de 1990, foram claramente responsáveis pela redução dos postos formais de trabalho nos serviços industriais de utilidade pública.

A indústria de transformação, setor que sofreu impactos negativos com a implantação das políticas econômicas da década de 1990, apresentou ampliação absoluta de vínculos formais, e é ainda responsável pela maior parcela de postos formais de trabalho no Estado, aspecto que já vem se modificando em outras unidades da federação. Apesar da importante participação no período, o setor apresentou momentos de redução dos vínculos formais, como é o caso do intervalo 1994-1998, ocasionado pelas políticas implementadas nesse período, de valorização cambial, que favoreceram a entrada de produtos importados, fazendo

com que muitas indústrias tivessem uma retração da produção, principalmente as indústrias de calçados e têxteis.

A indústria de transformação apresentou no período uma taxa de crescimento médio anual de 3,04% com uma participação absoluta em 1991 de 295.120 PFT passando para 428.723 PFT em 2003. A participação relativa passou de 35,27% para 33,17%, revelando que mesmo com um aumento dos vínculos em termos absolutos a participação relativa do setor no mercado formal de trabalho se reduziu, e houve assim uma liberação de mão-de-obra para outros setores.

A construção civil, outro importante setor da economia, apresentou períodos de expansão e contração dos vínculos formais no intervalo 1991-2003. Sua participação relativa em 1991 foi de 2,49% passando a 3,16% em 2003 (Anexo A), com um crescimento médio de 5,44% a.a.

Os setores de comércio e serviços foram destaque na ampliação de postos formais de trabalho no período, e continuam a aumentar o número de empregos formais no Estado, representando cerca de 45% do total de empregos formais. Os serviços cresceram a uma taxa média anual de 5,24% a.a e o comércio obteve uma taxa média de crescimento de 7,23% a.a..

O comércio e os serviços foram setores que apresentaram crescimento absoluto de vínculos formais em praticamente todo o período, refletindo as mudanças estruturais no mercado de trabalho. De acordo com estudos do Dieese (1999), os setores de comércio e serviços cresceram mais rapidamente que a indústria nas últimas décadas, condicionados por fatores como a urbanização, a redução do emprego agropecuário, a migração rural-urbana e a crise industrial.

O comércio em 1991 apresentava uma participação absoluta de 101.145 PFT, com participação relativa de 12,09%. Em 2003 essa participação se eleva para 231.860 PFT, que representa uma taxa relativa de 17,94%. Os serviços têm uma participação absoluta mais significativa ainda, passando de 205.346 PFT em 1991 para 344.944 PFT em 2003. É o setor que absorveu grande parte do excedente industrial, dada a reestruturação produtiva que aumentou o nível de subcontratações, e em 2003 foi responsável pela absorção de 26,69% dos PFT (Anexo A).

A administração pública foi um setor que sofreu mudanças no período e ficou condicionado às políticas de ajuste fiscal, que contribuíram para reduzir o peso do setor no mercado formal. Sua participação absoluta cresceu 42,38% entre 1991 e 2003, no entanto sua participação relativa decresceu em boa parte dos anos. Em 1991 absorvia um número de

130.528 PFT, que equivale a 15,60%, e em 2003 o número passou para 185.844 PFT com uma taxa relativa de 14,38%.

A agropecuária é um setor que apresentou crescimento absoluto por quase todo o período, refletindo a maior formalização das atividades agropecuárias. Sua média de crescimento anual alcançou 6,84% a.a. Em 1991 apresentava uma participação absoluta na ordem de 15.046 PFT, o que significa uma taxa de participação de 1,80%. Em 2003, apresentou uma participação absoluta de 39.937 PFT, significando uma taxa relativa de 3,09%.

4.2.2 Gênero

A tabela 3 apresenta a distribuição dos postos formais de trabalho (PFT), segundo gênero no período de 1991 a 2003. Os dados gerais revelam que houve na década crescimento dos postos formais de trabalho, com uma taxa média de crescimento de 3,58%. Além disso, é nítido o processo de inserção da mulher no mercado formal de trabalho, já apontado em outras pesquisas, onde a participação feminina tem aumentado ano após ano.

Enquanto os postos formais masculinos cresceram a uma taxa de 3,02%, os postos femininos alcançaram uma variação anual média de 4,52%. Esse dado revela a tendência que vem crescendo nos últimos anos de maior feminilização do trabalho, onde as mulheres estão cada vez mais inseridas na busca por melhores empregos. De acordo com a análise do mercado formal do Ministério do Trabalho (2005), o Estado de Santa Catarina é um dos estados que apresenta maior participação da força de trabalho feminina na flutuação do nível de emprego, em relação à média nacional.

Tabela 3: Distribuição dos PFT segundo gênero em Santa Catarina entre 1991 e 2003.

	Masculino	%	Feminino	%	SC
1991	542.468	64,83	294.298	35,17	836.766
1992	530.749	64,61	290.733	35,39	821.482
1993	556.965	64,34	308.685	35,66	865.650
1994	589.494	63,83	334.098	36,17	923.592
1995	579.003	63,71	329.742	36,29	908.745
1996	575.907	63,31	333.701	36,69	909.608
1997	594.712	63,28	345.029	36,72	939.741
1998	595.884	62,92	351.132	37,08	947.016
1999	633.335	62,59	378.596	37,41	1.011.931
2000	670.149	62,17	407.780	37,83	1.077.929
2001	713.211	61,71	442.501	38,29	1.155.712
2002	753.049	60,95	482.563	39,05	1.235.612
2003	779.395	60,31	513.012	39,69	1.292.407
Taxa cresc. a.a		3,02		4,52	

Fonte: RAIS/ MTE

A participação feminina no mercado formal de trabalho passou de 35,17% em 1991 para 39,69% em 2003 enquanto a participação masculina caiu de 64,83% para 60,31%. Essa mudança de composição na estrutura do emprego formal é derivada de condicionantes econômicos que levaram à mulher a buscar maior participação na renda familiar, além da própria geração de empregos estar mais condicionada a esta oferta, o que fez aumentar os postos formais em setores que empregam mais mulheres, como é o caso do setor de serviços domésticos.

O anexo C mostra a distribuição da taxa de participação dos PFT segundo gênero e setores de atividade econômica, e nos revela assim em que setores do mercado formal de trabalho estão aumentando a participação feminina em detrimento da masculina.

A indústria de transformação ainda é a responsável pela maior parte dos postos formais de trabalho masculinos, que, em 1991, ocupavam 39,25% dos postos formais masculinos e passam a ocupar 36,25% em 2003. O setor de serviços também aparece com expressiva participação do sexo masculino, que tem participação relativa de 25,07% em 1991 e passa a 24,48% em 2003. Ocorre uma redistribuição dos postos formais para os outros setores econômicos. Os homens têm sua participação acrescida principalmente no comércio, construção civil e agropecuária em detrimento de queda de participação nos outros setores. O comércio passa de uma participação de 12,47% em 1991 para 17,71% em 2003, enquanto a construção civil tem taxa de participação em 1991 de 3,81% passando a 4,89% em 2003, e a agropecuária passa de 2,43% em 1991 para 4% em 2003.

Quanto ao gênero feminino, o destaque da participação fica para os setores da indústria de transformação, serviços, administração pública e comércio. A taxa de participação feminina na indústria de transformação passa de 34,01% em 1991 para 28,03% em 2003. A administração pública também tem redução de participação que cai de 22,52% em 1991 para 20,31% em 2003. Os setores responsáveis pelo aumento da participação feminina no mercado formal são claramente os setores de serviços e comércio, que juntos passam de uma taxa de participação em 1991 de 41,27% para uma taxa de participação de 48,42% em 2003, revelando os setores que dinamizam o mercado de trabalho feminino nos últimos anos.

4.2.3 Nível de Escolaridade

A análise do mercado formal de trabalho catarinense segundo o nível de escolaridade revela o comportamento do mercado no período de acordo com a qualificação do trabalhador. Essa análise verifica se o estado de Santa Catarina segue o contexto de reorganização da

produção, segundo a qual as empresas buscam empregar mão-de-obra mais qualificada e preparada.

Através da Tabela 4, ficam evidentes algumas tendências apontadas por outras fontes e pesquisas, que demonstram uma maior qualificação no mercado formal de trabalho catarinense nos últimos anos. Ocorreu aumento dos PFT relativos aos níveis de maior escolaridade em detrimento da queda de postos de trabalho com baixa escolaridade, em todo o período observado.

Todos os postos formais de trabalho com até 4 anos de estudo apresentaram taxas decrescentes de crescimento, indicando que houve queda na participação destes vínculos menos qualificados. Em contrapartida, os vínculos com mais de 8 anos de estudos apresentaram crescimento em todo o período.

Tabela 4: Distribuição dos PFT, segundo grau de escolaridade em SC entre 1991 e 2003.

Anos	Analfabeto	4.SER	4.SER	8.SER	8.SER	2.GR	2.GR	SUP.	SUP.	Total
		INCOMP	COMP	INCOMP	COMP	INCOMP	COMP	INCOMP	COMP	
1991	12.007	65.089	196.289	140.411	145.836	64.153	117.992	24.321	66.566	836.766
1992	10.518	60.380	186.210	138.452	148.516	72.495	110.970	35.012	53.438	821.482
1993	10.941	56.709	186.453	146.809	166.478	78.811	121.606	35.284	58.473	865.650
1994	15.775	58.115	189.056	158.133	184.277	78.038	139.781	25.772	73.146	923.592
1995	10.302	59.384	173.566	152.965	180.394	78.911	142.075	27.134	77.204	908.745
1996	10.240	65.210	178.584	151.693	183.993	71.463	143.604	25.275	73.186	909.608
1997	10.009	53.868	161.665	155.796	201.679	81.169	163.902	28.404	81.284	939.741
1998	10.993	48.332	151.949	153.070	209.516	84.695	174.104	29.283	84.581	947.016
1999	9.808	46.087	148.281	157.420	223.817	95.348	194.163	31.163	105.843	1.011.931
2000	8.864	44.276	145.777	164.940	255.714	106.574	221.030	35.245	95.509	1.077.929
2001	9.338	42.752	143.296	171.738	261.566	116.541	256.202	42.810	111.469	1.155.712
2002	8.824	41.704	138.287	174.146	274.475	127.409	297.392	48.174	125.201	1.235.612
2003	5.655	41.527	130.668	169.828	279.861	133.767	335.963	51.318	143.820	1.292.407

Fonte: RAIS/MTE

De acordo com a Tabela 4, o maior contingente de mão-de-obra empregada no estado já se concentra nas faixas de maior escolaridade, com mais de 8 anos de estudo. Em 2003, a proporção desses trabalhadores sobre o total já era de 51,44% (Anexo B). Em 1991 a faixa que contemplava o maior número de trabalhadores era a 4ª série completa, com participação relativa de 23,46%. Em 2003, a maior participação passa a ser do 2º grau completo, com 26%. Isso revela a preocupação das empresas empregadoras em qualificar seus trabalhadores, no contexto de aumento de competitividade. De acordo com estudo regional do DIEESE, existe cada vez mais um apelo das empresas pela importância da qualificação, que além de garantir o futuro profissional dos estudantes, faz com que o trabalhador mantenha seu posto de trabalho.

As faixas de escolaridade que apresentaram maior crescimento no período foram 2º grau incompleto e 2º grau completo. Esses postos formais tiveram sua participação elevada de 21,77% em 1991 para 36,65% em 2003 (Anexo B). Com base na Tabela 3, os níveis de ensino superior também elevaram seus vínculos, com destaque para os PFT com ensino superior completo. Em 1991 eram 66.566 postos formais de trabalho, com participação relativa de 7,96%. Em 2003 o número passa a 143.820 PFT, participando agora com 11,13% do total de empregados.

Na análise dos PFT segundo nível de escolaridade e setor econômico (Anexo D), percebe-se que alguns setores são caracterizados por uma maior qualificação dos empregados, em detrimento de outros.

O setor de extração mineral tem seus vínculos concentrados nas faixas de baixa escolaridade, com até 8 anos de estudo. Em 2003, 64,61% dos PFT deste setor tinham até 8 anos de estudo apenas. A indústria de transformação também concentra seus PFT na baixa escolaridade. Em 1991, 83,04% dos PFT estavam abaixo dos 8 anos de estudo completos. Em 2003, essa razão diminuiu, passando a representar 58,71% dos empregados formais. É no nível da 8ª série completa que se concentram os vínculos, que em 2003 somam 109.515 PFT.

A construção civil também não apresenta um alto nível de qualificação, concentrando seus PFT no nível de escolaridade que contempla até 8 anos de estudo. Em 1991 3.247 PFT se concentravam na 8ª série completa, passando a 10.287 PFT em 2003 (Anexo D).

Os serviços industriais de utilidade pública e a administração pública concentram seus PFT nos níveis de 2º grau completo e superior completo, revelando uma maior exigência quanto a qualificação dos empregados. A administração pública mantém seus vínculos centrados em um alto nível de escolaridade. De acordo com o Anexo D, em 1991 num total de 130.528 PFT que o setor absorve, 79.262 PFT são alocados na faixa entre 2º grau incompleto a superior incompleto. Em 2003, dos 185.844 PFT do setor, 126.796 tinham escolaridade acima do 2º grau completo.

Os setores de comércio e serviços apresentam um nível de escolaridade também elevado. O comércio em 1991 tinha 62.828 dos 101.141 PFT concentrados no nível acima da 8ª série completa. Em 2003, essa proporção passa a 191.374 PFT num total de 231.860 PFT. Os serviços têm uma participação ainda maior dos níveis elevados de escolaridade. Em 1991, os serviços alocavam 18.586 PFT no ensino superior completo, número que sobe a 51.239 PFT em 2003.

4.2.4 Faixa Etária

A análise do mercado formal de Santa Catarina segundo a faixa etária dos empregados nos revela uma característica dos postos formais de trabalho na década de 1990, sob a influência das mudanças no contexto econômico do Estado. Ocorre, conforme a Tabela 4, um leve movimento de aumento dos PFT nas faixas etárias mais altas, em detrimento da queda dos PFT para os mais jovens.

De acordo com a Tabela 5, ocorre redução significativa da participação absoluta dos PFT com idade até 17 anos. Em 1991 eram 47.176 PFT nesta condição, contra apenas 25.154 PFT em 2003, uma queda de 53,3%. Esse fato se deve à grande dificuldade dos mais jovens se inserirem no mercado de trabalho sem experiência, característica relevante no processo de seleção das empresas.

Tabela 5: Distribuição dos PFT, segundo faixa etária em Santa Catarina entre 1991 e 2003.

Anos	Até 17	18 A 29	30 A 39	40 A 49	Acima de 50	Ignorado	Total
1991	47.176	347.390	237.888	128.625	58.087	17.600	836.766
1992	38.589	338.170	245.979	136.297	59.285	3.162	821.482
1993	40.412	351.973	263.073	147.016	60.133	3.043	865.650
1994	48.150	370.505	279.236	159.535	63.592	2.574	923.592
1995	45.791	360.974	277.832	160.175	63.061	912	908.745
1996	38.657	359.121	282.729	164.416	64.133	552	909.608
1997	36.479	370.639	294.557	171.739	65.887	440	939.741
1998	32.324	370.389	299.306	177.059	67.671	267	947.016
1999	28.607	401.553	315.866	192.184	73.591	130	1.011.931
2000	27.109	433.676	329.681	207.017	80.298	148	1.077.929
2001	25.274	465.460	346.681	227.407	90.747	143	1.155.712
2002	25.723	497.126	366.218	246.339	100.034	172	1.235.612
2003	25.154	520.617	377.253	262.254	107.122	7	1.292.407

Fonte: RAIS/MTE

Os postos formais de trabalho na faixa etária de 18 a 29 anos, assim como os de 30 a 39 anos apresentaram crescimento significativo durante todo o ano, com uma taxa média de crescimento em torno de 3,5% a.a.

A faixa etária que se concentra o maior número de vínculos é de PFT entre 18 e 29 anos, com cerca de 40% dos PFT (Anexo E). Em 1991, eram 347.390 PFT concentrados nesta faixa etária, passando a 520.617 PFT em 2003. Os empregados entre 30 e 39 anos também participam expressivamente, com 237.888 PFT em 1991 passando a 377.253 PFT em 2003.

Outra característica interessante de se notar é que as faixas etárias acima de 40 anos aumentaram sua participação relativa neste período. De acordo com o Anexo E, a faixa etária entre 40 e 49 anos passou de um percentual de 15,37% em 1991 para 20,29% em 2003. Os PFT concentrados na faixa etária acima de 50 anos também tiveram neste período um aumento de 84,41%, passando de 58.087 PFT em 1991 para 107.122 PFT em 2003.

Na análise dos PFT segundo faixa etária e setor de atividade econômica observa-se a mesma movimentação em todos os setores da economia, aumentando sempre os PFT nas faixas de idade acima dos 18 anos completos e reduzindo os vínculos de até 17 anos.

4.2.5 Jornada de Trabalho

Um dos aspectos evidenciados com as recentes medidas de flexibilização do uso da mão-de-obra é a crescente redução da jornada média de trabalho. Os ideólogos da flexibilização procuram sustentar seus argumentos na idéia de que se os trabalhadores reduzirem as horas trabalhadas semanalmente seria possível inserir mais pessoas no mercado de trabalho. O Brasil teve sua última mudança referente à jornada de trabalho na Constituição de 1988 que reduziu de 48 horas para 44 horas semanais a jornada do trabalhador. Contudo pressões vêm sendo feitas no sentido de reduzir para 40 horas a jornada, como forma de abrir mais postos de trabalho. Isso, porém, tem um limite à medida que se observa que a redução da jornada tem efeitos incertos sobre o aumento do emprego, dado que as horas de trabalho podem ser substituídas por outros fatores, como novas tecnologias poupadoras de mão-de-obra.

O anexo F apresenta a distribuição dos PFT conforme a jornada semanal de trabalho em Santa Catarina e revela alguns aspectos interessantes. Nota-se que houve uma eliminação de postos formais com jornada acima de 48 horas semanais, dadas as modificações legais que ocorreram no mercado de trabalho. Ocorreu um aumento significativo dos PFT na faixa de jornada mais curta, de até 15 horas semanais, o que favorece a argumentação da flexibilização, onde sem muitas alternativas os trabalhadores se vêem forçados a trabalhar em tempo parcial. As faixas centrais que concentram o maior número de trabalhadores sofreram menos alterações, com destaque para os PFT que trabalham entre 41 e 48 horas que detém cerca de 80% do total dos empregos formais do Estado. Em 1991 eram 706.976 PFT que passaram a 1.034.403 postos em 2003.

4.2.6 Faixas de Remuneração

A observação do comportamento dos rendimentos dos trabalhadores formais é um dos aspectos mais evidentes do contínuo empobrecimento que vem atingindo os trabalhadores. Mesmo reconhecido como um setor mais bem remunerado, a análise do mercado formal de trabalho em Santa Catarina indica uma clara inversão nos últimos anos.

Crescem substancialmente os PFT nas faixas de menor remuneração, até 3 salários mínimos, em detrimento da queda evidente dos PFT com remuneração superior a 5 salários mínimos.

De acordo com a Tabela 6, observa-se que a grande parte dos PFT em Santa Catarina recebe entre 1 e 5 salários mínimos. No início da década cerca de 50% dos trabalhadores formais recebiam entre 2 e 5 salários. Ocorre uma rotatividade da mão-de-obra de maneira que em 2003 a maioria dos trabalhadores, cerca de 65%, passam a receber entre 1 e 3 salários mínimos.

Tabela 6: Distribuição da taxa de participação dos PFT, segundo faixas de remuneração (em SM) em Santa Catarina entre 1991 e 2003.

Ano	Até 0,5	MAIS 0,5 A 1	MAIS 1 A 2	MAIS 2 A 3	MAIS 3 A 5	MAIS 5 A 10	MAIS 10 A		Total
							20	MAIS 20	
1991	0,09	2,15	19,29	23,85	25,84	16,95	6,84	3,13	100,00
1992	0,12	2,34	22,55	23,02	26,26	15,61	5,99	2,27	100,00
1993	0,18	3,25	27,71	22,56	22,97	14,27	4,94	2,10	100,00
1994	0,12	2,83	21,90	23,26	24,17	16,91	6,23	2,72	100,00
1995	0,18	2,40	18,76	23,52	25,10	18,93	6,97	3,31	100,00
1996	0,18	2,21	18,25	24,58	26,90	17,97	6,49	2,97	100,00
1997	0,20	2,08	18,23	26,34	26,04	17,12	6,50	3,12	100,00
1998	0,24	2,30	21,20	26,70	24,69	15,80	6,01	2,70	100,00
1999	0,17	2,08	23,38	27,94	23,33	14,80	5,58	2,32	100,00
2000	0,15	2,11	26,45	28,93	21,83	13,52	4,65	1,92	100,00
2001	0,16	2,40	33,27	27,46	19,43	11,43	4,01	1,66	100,00
2002	0,22	2,57	36,57	26,38	18,05	10,56	3,76	1,65	100,00
2003	0,25	2,75	40,02	25,31	16,92	9,71	3,46	1,26	100,00

Fonte: RAIS/MTE

Ocorre uma elevação de 19,29% em 1991 para 40,02% em 2003 dos PFT de faixa salarial de mais de 1 a 2 salários, contra uma queda expressiva dos PFT que recebem entre 3 e 5 salários, passando estes de uma participação de 25,84% para 16,92% em 2003. Ao observar as faixas salariais acima de 5 salários fica evidente a queda na remuneração do setor formal de trabalho. Os PFT que recebem entre 5 e 10 salários tem sua participação decrescida em 7,24%, entre 10 e 20 salários caem 3,38% e mais de 20 salários passam de 3,13% para 1,26% de participação relativa em 2003.

Os setores de atividade econômica que apresentam postos de trabalho nas maiores faixas de remuneração são os serviços industriais de utilidade pública e a administração pública, com a indústria de transformação mantendo sua participação maior de empregos entre 1 e 3 salários mínimos. Os setores que aparecem como piores remunerados são os setores da indústria da construção civil, comércio e setor agropecuário, com a grande parte de seus empregados ganhando até 3 salários mínimos.

5. CONCLUSÕES

O tratamento e a coleta de dados do mercado formal de trabalho em Santa Catarina permitiram considerar as mudanças em curso nas relações de trabalho no estado a partir das transformações ocorridas na economia brasileira e as mudanças também em âmbito mundial, no que se refere ao mundo do trabalho.

A elaboração do relatório possibilitou uma série de considerações preliminares a respeito das novas estruturas do mercado de trabalho catarinense, principalmente no que tange às modificações setoriais e de qualificação do trabalhador. Essa nova configuração do mercado formal de trabalho, além de ser condizente com a conjuntura econômica atual, reflete parte da reestruturação produtiva por que passou o estado diante das exigências do mercado mais competitivo. É importante levar em consideração também a participação feminina que vem crescendo ano a ano no mercado formal catarinense, assim como a contratação de empregados com maior experiência profissional, o que delineia uma nova formatação do espaço de trabalho formal catarinense.

Considerando os aspectos finais da pesquisa cabe perceber que houve uma redução significativa da jornada de trabalho dos empregados formais, fruto das flexibilizações oriundas do contexto de crise, assim como da ação dos trabalhadores por melhores condições de trabalho. No que diz respeito a distribuição salarial percebeu-se uma piora na repartição dos salários, com aumento das faixas de menor remuneração e perda das faixas superiores de salário, o que ressalta a precarização em andamento no mercado de trabalho.

Estes levantamentos iniciais indicam que o mercado de trabalho catarinense seguiu de perto as transformações delineadas em âmbito geral, ocorrendo uma reorientação dos trabalhadores para novas funções e novos setores. No entanto, vale lembrar que o crescimento observado dos postos formais de trabalho ao longo da década de 1990 não foi suficiente para absorver a crescente população economicamente ativa, aspecto não tratado detalhadamente nesta pesquisa, mas que é de fundamental importância para o entendimento da dinâmica do mercado de trabalho em Santa Catarina.

6. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ANTUNES, R. (1997). *Adeus ao trabalho*: ensaio sobre as metamorfoses e a centralidade do mundo do trabalho. São Paulo: Scritta, 232 p.

BALTAR, Paulo Eduardo de Andrade, DEDECCA, Claudio Salvadori, HENRIQUE, Wilnês. Mercado de trabalho e exclusão social no Brasil. In: MATTOSO, Jorge Eduardo Levi, OLIVEIRA, Carlos Alonso Barbosa de (org.). *Crise e Trabalho no Brasil*: Modernidade ou volta ao passado? 2 ed. São Paulo: Scritta, 1997, p. 87-108.

BELLUZZO, Luiz Gonzaga de M. Prefácio. In: MATTOSO, Jorge Eduardo Levi, OLIVEIRA, Carlos Alonso Barbosa de (org.). *Crise e Trabalho no Brasil*: Modernidade ou volta ao passado? 2 ed. São Paulo: Scritta, 1997, p. 9-19.

CARDOSO JR., José Celso. Crise e desregulação do Trabalho no Brasil. Texto para discussão IPEA. Brasília, ago. 2001.

CHAHAD, José Paulo Z. e PICCHETTI, Paulo (org.). Mercado de Trabalho no Brasil :padrões de comportamento e transformações institucionais. São Paulo: LTr, 2003.

COUTINHO, Luciano. A fragilidade do Brasil em face da globalização. In: BAUMANN, Renato (org.). *O Brasil e a economia global*. Rio de Janeiro: Campus: SOBEET, 1996, p. 219-237.

DEDECCA, Cláudio Salvadori. Racionalização econômica e heterogeneidade nas relações e nos mercados de trabalho no capitalismo avançado. In: MATTOSO, Jorge Eduardo Levi, OLIVEIRA, Carlos Alonso Barbosa de (org.). *Crise e Trabalho no Brasil*: Modernidade ou volta ao passado? 2 ed. São Paulo: Scritta, 1997, p. 55-79.

DIEESE-SC. Reestruturação produtiva e emprego na indústria de Santa Catarina. Florianópolis, dez. 1996. Estudo Especial.

DIEESE-SC. Reestruturação tecnológica e emprego no comércio em Santa Catarina. Florianópolis, jan. 1999. Estudo Regional.

FARAH JR., Moisés Francisco. A terceira Revolução Industrial e o novo paradigma produtivo: algumas considerações sobre o desenvolvimento industrial brasileiro nos anos 90. Revista FAE, Curitiba, v.3, n. 2, maio/ago 2000, p. 45-61.

HARVEY, David. *A condição pós-moderna*: uma pesquisa sobre as origens da mudança cultural. São Paulo: Loyola, c1992.

HOBSBAWM, Eric. *A era dos extremos*: o breve século XX 1914 – 1991. 2. ed. Tradução Marcos Santarrita. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.

GIAMBIAGI, F. e RIGOLON, F. A economia brasileira: panorama geral. Texto para discussão BNDES. Junho, 1999.

GONZAGA, G.M. et al. Os efeitos da redução da jornada de Trabalho de 48 para 44 horas semanais em 1988. Revista Brasileira de Economia FGV/ RJ. V.57, n.2, abr/jun 2003.

LINS, Hoyêdo Nunes; MATTEI, L. A socioeconomia catarinense no limiar do século XXI. Florianópolis: Departamento de Ciências Econômicas/UFSC, 2001. 33p. (Texto para discussão, nº 08).

LINS, Hoyêdo Nunes. Reestruturação Produtiva e Impactos Sócio-Espaciais. Florianópolis: Departamento de Ciências Econômicas / UFSC, Abril de 1998, 20p. (Texto para discussão, nº 04/98).

MATTEI, Lauro Francisco. A globalização econômica como fator de exclusão social. Revista Katálysis, Florianópolis, v. 7, n.1, jan/jun 2004, p. 57-68.

MATTOSO, J.E.L. Transformações econômicas recentes e mudanças no mundo do trabalho. In: OLIVEIRA, Marco Antonio de (Org.). *Economia e trabalho: textos básicos*. São Paulo: UNICAMP. IE, 1998. p. 61-77.

MINISTÉRIO DO TRABALHO E EMPREGO. *Base Estatística: Relação Anual de Informações Sociais*. Brasília: 1991-2003. CD-ROM.

MINISTÉRIO DO TRABALHO E EMPREGO. *CAGED: Análise do mercado formal de trabalho*. Brasília: 2002. Disponível em:
<http://www.mte.gov.br/Empregador/CAGED/Estatistica>. Acesso em: 10 fevereiro 2006.

OLIVEIRA, C. A. B. Formação do mercado de trabalho no Brasil. In.: OLIVEIRA, Marco Antonio de (Org.). *Economia e trabalho: textos básicos*. São Paulo: UNICAMP. IE, 1998. p. 113-126.

OURIQUES, H.R. e VIEIRA, P.A. O emprego formal em Santa Catarina no período 1986-96: primeiras evidências. Texto para discussão Dep. Ciências Econômicas/UFSC, dez 1998.

PEREIRA, J.M. Desemprego e flexibilização do emprego. Indicadores Econômicos FEE. V. 26 n.3 Porto Alegre, RS, 1998.

POCHMANN, Marcio. O trabalho sob fogo cruzado: exclusão, desemprego e precarização no final do século. São Paulo: Contexto, 2002.

SAMPAIO JUNIOR, Plínio de Arruda. Crise e políticas de ajuste nos países capitalistas avançados. In: OLIVEIRA, Marco Antonio de (Org.). *Economia e trabalho: textos básicos*. São Paulo: UNICAMP. IE, 1998. p. 21-34.